

EDITORIAL

A Revista do Direito Público da Universidade Estadual de Londrina apresenta a terceira edição de 2025 (v. 20, n. 3). A edição consolida a vocação da Revista como espaço de divulgação de pesquisas jurídicas qualificadas, dedicadas à reflexão crítica sobre os desafios contemporâneos do Direito Público, considerados em suas interações com a política, a economia, a sociedade e as dinâmicas tecnológicas que reconfiguram o cenário jurídico atual.

Cumpre esclarecer aos leitores que, embora esta edição corresponda ao terceiro número do ano de 2025, sua publicação ocorre excepcionalmente em janeiro de 2026. Tal circunstância decorre de instabilidades técnicas enfrentadas pelo portal eletrônico da Universidade Estadual de Londrina ao longo de aproximadamente dos últimos dois no ano de 2025, o que inviabilizou temporariamente o regular desenvolvimento das atividades editoriais. Superadas as dificuldades operacionais, a equipe editorial retoma, com este número, o fluxo de publicações, reafirmando seu compromisso com a qualidade, a regularidade e a transparência do processo editorial.

A presente edição reúne quinze artigos científicos e duas resenhas, que abordam temas atuais e relevantes, com diversidade metodológica e densidade teórica, contribuindo para o aprofundamento do debate acadêmico e para o fortalecimento do pensamento jurídico crítico.

No campo dos direitos fundamentais e da proteção de grupos vulneráveis, destaca-se o artigo “Trabalho análogo ao de escravo no Brasil: necessidade de aprimoramento na sua repressão”, que problematiza a insuficiência dos instrumentos normativos atualmente disponíveis para o enfrentamento dessa grave violação de direitos humanos, propondo o fortalecimento das políticas represivas e preventivas. Ainda nessa perspectiva de proteção integral, o artigo “A regulamentação jurídica brasileira sobre violência sexual contra crianças e adolescentes” analisa os fundamentos estruturantes da regulação jurídica voltada à tutela infantojuvenil, com especial atenção à articulação institucional e às políticas públicas de enfrentamento.

A relação entre transparência, governança e democracia é examinada em diferentes estudos. Em “O papel da ideologia partidária na transparência da gestão pública municipal”, investiga-se empiricamente a relação entre orientação ideológica dos gestores e accountability, demonstrando a relevância de fatores estruturais como renda e educação. Já o artigo “Transparência nas contratações públicas: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal” propõe uma análise comparada dos marcos normativos e dos instrumentos de governo aberto adotados nos dois países, evidenciando avanços e desafios persistentes na promoção da integridade administrativa.

O arranjo institucional do Estado e suas tensões contemporâneas são objeto de reflexão em “O federalismo brasileiro sob a ótica das relações intergovernamentais: uma guinada ao modelo coercivo”, que analisa a transição do federalismo cooperativo para um modelo de maior centralização e coerção, e em “Reeleição presidencial no Brasil: análise crítica e comparada”, que discute os impactos do instituto da reeleição sobre a alternância de poder e a estabilidade democrática, à luz de experiências internacionais.

O constitucionalismo contemporâneo também é problematizado sob novas lentes. Em “O Lobby do Batom e a participação das mulheres no processo constituinte brasileiro de 1988: novos rumos para o constitucionalismo contemporâneo à luz da decolonialidade”, o autor analisa a influência das mulheres constituintes na conformação de um constitucionalismo sensível às demandas decoloniais, étnico-raciais e de gênero. A crítica às bases econômicas do Estado é aprofundada em “Neoliberalismo, austeridade fiscal e a disfuncionalidade entre as ordens econômica e social”, que propõe uma leitura interdisciplinar sobre os limites da austeridade fiscal frente aos objetivos constitucionais da República.

A interseção entre tecnologia, trabalho e proteção de dados é abordada em diversos artigos. Em “Automação técnica do trabalho: a qualificação do trabal-

hador como medida necessária”, discute-se o impacto da automação no mercado de trabalho e a ausência de uma regulação adequada no ordenamento jurídico brasileiro. O artigo “Dados pessoais e interesse público na manutenção dos programas de saúde” analisa o uso de dados sensíveis na gestão de políticas públicas de saúde, ressaltando a necessidade de governança, segurança e controle social. Já “Profiling e dever de proteção estatal: a salvaguarda dos dados pessoais de grupos vulneráveis e minorias” problematiza o uso de tecnologias de categorização automatizada e o risco de reprodução de discriminações estruturais contra grupos vulneráveis.

No âmbito do Direito Penal e Processual Penal, o artigo “Entraves à justiça penal negocial: debate sobre o §14 do artigo 28-A do Código de Processo Penal” examina criticamente a aplicação da não persecução penal à luz da jurisprudência dos tribunais superiores. A atuação penal em contextos excepcionais é analisada em “Covid-19 e inundação no Rio Grande do Sul: reflexões sobre a aplicação da circunstância agravante da calamidade pública do artigo 61, inciso II, alínea “j”, do Código Penal, à luz do tema 1.185 do STJ”, cuja repercussão geral foi reconhecida sob o rito dos recursos repetitivos.

A edição também contempla reflexões teóricas sobre os meios adequados de solução de conflitos. No artigo “Em busca do consenso: balanço crítico-conceitual das doutrinas dos meios consensuais de solução de conflitos”, apresenta-se uma análise do fundamento normativo dos métodos consensuais, contribuindo para a construção de uma teoria jurídica do consenso no ordenamento brasileiro.

No campo das políticas públicas de saúde, o artigo “A parceria público-privada na saúde, no contexto de Belo Horizonte, segundo a ideologia constitucionalmente adotada” analisa criticamente a dependência do poder público em relação ao setor privado, evidenciando tensões entre eficiência, financiamento e garantia de direitos fundamentais.

A presente edição conta, ainda, com duas resenhas críticas. A primeira, “Direito Constitucional à alimentação”, analisa capítulo VI da obra *O Direito Agrário nos 30 anos da Constituição de 1988*, destacando a centralidade da segurança alimentar, da agricultura familiar e da obrigação estatal. A segunda, “Sophia e o Direito à Aprendizagem”, revisita a obra de Clodomiro José Bannwart Júnior, refletindo sobre a efetivação do direito à aprendizagem a partir de experiências concretas e da Base Nacional Comum Curricular.

A diversidade temática e a qualidade dos trabalhos aqui reunidos reafirmam a vocação da Revista do Direito Público da UEL como espaço plural de debate acadêmico qualificado. Agradecemos aos autores pelas valiosas contribuições e aos leitores que acompanham a trajetória da Revista.

Desejamos uma excelente leitura!

Prof. Dr. Luiz Fernando Bellinetti

Editor-chefe

Revista do Direito Público